

# Editorial

Tudo aconteceu rapidamente em termos subjetivos. No final de 2019, víamos nos meios de comunicação as imagens dos chineses assustados, tentando se proteger de modos que eventualmente pareciam ridículos, e era comum a dúvida se era para isso tudo. Havia uma incerteza sobre um vírus relativamente desconhecido com aparente capacidade de propagação e certa taxa de mortalidade. A questão era: qual era a capacidade de propagação? O quanto ele era mortífero?

À medida que foi ficando claro que sim, ele se espalhava pelo mundo, e sim, ele era mortífero, certa consciência de que precisávamos mesmo nos proteger como espécie foi emergindo, até o tempo de *kairós*, momento do que se pode chamar de *acontecimento*: na segunda semana de março de 2020, com todos os dados de que o coronavírus de fato chegara ao Brasil e já se propagava, causando danos e mortes, precipitou-se um ato social: milhões de pessoas pelo país adotaram o confinamento, ou “a quarentena”, o “fica em casa”. Modificam-se as rotinas, as movimentações, as formas do cotidiano, que buscamos adaptar — na medida em que é adaptável — à realidade pandêmica e ao incerto que passou a ser nosso ar: o Real e o traumático se fazem sentir em uma ida ao supermercado.

Diante disso, as interações e o laço social também foram afetados: famílias que começaram a se ver todo o tempo, casais que tiveram que repensar a convivência constante e a utilização do espaço na casa, pessoas que passavam por um isolamento extremo, crianças e adolescentes privados dos encontros sociais nas escolas e nos espaços públicos. Sem contar as milhões de pessoas que, por diversos motivos, resolveram ou foram obrigadas a manter sua rotina familiar e de trabalho, não podendo ou querendo participar do confinamento, e que se viam às voltas com o risco constante de contágio, doença e morte. As notícias e cenas na mídia dos hospitais lotados, dos profissionais de saúdes exauridos e das pessoas que morriam aos milhares nos aterrorizavam diariamente.

As respostas subjetivas foram várias: negações de muitos tipos (inclusive governamentais), ansiedade, angústia, agressividade, tristeza profunda e o acirramento de rivalidades, individualismo e embates somavam-se às dificuldades dos processos de luto, tanto dos mortos quanto da vida como era. Nos meios psiquiátricos, falava-se do aumento significativo de um modo específico de crise, o chamado *burnout*.

Os psicanalistas, que migraram, em sua grande maioria, para o atendimento *online* — que engatinhava —, tiveram que se haver com todo o processo de pensar sua práxis à luz das novas exigências. Surgiram *lives*, textos, livros, postagens aos montes sobre como fazer os atendimentos *online*: câmera aberta e câmera fechada são análogos ao analisante na poltrona ou no divã? Como operar com o gozo escópico? E o corpo/presença do analista no contexto *online*?

Mais do que isso, a resposta subjetiva à pandemia ressituiu no contexto social a saúde mental. Se era comum que fosse algo ainda secundário no cotidiano de muitas pessoas, a pandemia a alçou à categoria de importância, até de emergência. A demanda analítica, calcada na urgência de nosso tempo pandêmico, explodiu, as clínicas lotaram e surgiram diversas respostas e ações das escolas de psicanálise em direção a oferecer escuta analítica para quem procurava.

O evento da pandemia, que é um marcador temporal para várias gerações agora, produziu um giro subjetivo, que exige reflexão em todos os campos da sociabilidade e do conhecimento, e a psicanálise tem muito a contribuir nesse sentido. Ainda não se pode dizer ao certo que atravessamos o instante de ver e adentramos o tempo de compreender da pandemia, mas o fato é que os psicanalistas em nenhum momento pararam de produzir e pensar a clínica, o laço social, a subjetividade da época e as formas de sofrimento que foram engendradas pelo evento pandêmico. Se estamos no tempo de compreender, já temos alguns giros sobre o que foi isso tudo.

Este volume da *Stylus* trata disto: a pandemia e as possibilidades de pensar psicanaliticamente as consequências do mundo pandêmico. Dos 14 textos presentes, seis tratam diretamente da pandemia.

O texto “Reinventar laços e redes de atenção psicossocial a partir da psicanálise em tempos de contrarreforma e de confinamento”, de Claudia Saldanha, localiza a ideia de confinamento como um dos significantes da subjetividade na pandemia, ao mesmo tempo que liga essa mesma concepção de confinamento como marca da segregação que foi o modo de tratamento em saúde mental por muito tempo. A partir daí, problematiza o campo da saúde mental atravessado pela psicanálise e as potencialidades — críticas e práticas — que isso produz e que tem ressonância no laço social.

Juliana Labatut Portilho, em “As relações de semelhança e os acordos sociais desde a pandemia”, trata do efeito da pandemia como um corte que leva a uma nova experiência estética e que tem consequências no laço social. Fabiana Rodrigues Barbosa comparece em dois textos. No primeiro, “Do que se nega ao negar o coronavírus: uma contribuição psicanalítica”, acompanhada deste editor e de Carolina Escobar de Almeida Prado, versa sobre as formas da negação que se tornam mais presentes diante da pandemia. No seguinte, “Amor e isolamento dos corpos: inflexões do viver na pandemia em 2020”, tendo Fabio Menezes dos Anjos como colega, vale-se da ideia de *não-todo*, de Lacan, para traçar um percurso que permite pensar a forma do amor diante da pandemia e do capitalismo neoliberal.

Maria Laura Cury Silvestre e Clarice Medeiros tocam em questões fundamentais com as quais o analista tem de se haver a partir pandemia. O texto de Maria Laura fala da problemática que acompanha ainda hoje os psicanalistas

que tratam de crianças: como pensar a clínica infantil a partir do atendimento *online*? Já Clarice Medeiros, no belo e duro artigo em “Qual luto possível em tempos de pandemia?”, traz considerações que articulam a morte e o traumático, relançando a questão do luto diante de uma situação em que não se podem sequer velar os mortos.

O fato é que não foi só a pandemia que nos afetou, mas todas as questões atuais da subjetividade também são objeto de reflexão rigorosa e se configuram como urgência de nossa época. Nesse sentido, os textos de Flávia Bonfim e Lia Carneiro Silveira abordam uma das pautas centrais da atualidade, o racismo, e como é possível pensar e tratar algo do fenômeno à luz da psicanálise lacaniana. Lia, em “O racismo estrutural da civilização e a especificidade do discurso do analista”, propõe duas chaves de leitura do fenômeno do racismo em Freud e Lacan, pelo narcisismo das pequenas diferenças e pela agressividade, no primeiro, e pelo ódio e pelo gozo, no segundo, interrogando qual é o papel do psicanalista diante disso. É justamente desse ponto que parte o artigo de Flávia, “O problema do racismo: um desafio para a psicanálise”, considerando, a partir de Lacan, quais as possibilidades de tratar o racismo levando em conta as especificidades do discurso analítico.

Jamile Luz Morais Monteiro continua a jornada em relação às questões de nossa época a partir do arcabouço conceitual da psicanálise lacaniana, ao lidar com a problemática do estatuto do saber no contexto do discurso do capital. Trabalha o modo como isso tem por efeito certas patologias com as quais o psicanalista deve se haver, na medida em que ocasiona modalidades de gozo e respostas do sujeito que engendram sofrimento.

Ainda pensando a posição do analista diante do mal-estar, Sonia Alberti nos traz o denso e minucioso texto “O futuro do real depende do sujeito”, no qual traça considerações sobre a articulação do sujeito com o Real e a concepção de sintoma, fazendo uma inversão na frase lacaniana “o sentido do sintoma depende do futuro do real”, que direciona para a posição do analista diante do mal-estar em nossa época.

Por fim, mas não menos importante, temos três artigos que tocam naquilo que chamo de “psicanálise miúda”. Explico: não se trata de uma psicanálise menor — de forma alguma! —, mas dos textos que versam sobre as questões conceituais de forma esmiuçada, detalhada e que permitem, em suas considerações, giros e variações que fazem rever o arcabouço conceitual e refinar a clínica. Nesse sentido, são trabalhos críticos ao mesmo tempo que dão subsídios formativos e de avanço ao campo psicanalítico.

Temos aqui o artigo de Sonia Borges, “Joyce entre nós”, que retoma, de outro ângulo, a questão dos nós borromeanos e da leitura que Lacan faz sobre James Joyce. Encontramos também a contribuição de João Vitor dos Santos e Christian

Ingo Lenz Dunker, em “Significantes malcomportados: a lógica do fantasma”, na qual os autores trabalham o conceito fundamental de fantasia proposta por Lacan a partir da teoria da lógica paraconsistente. Ana Laura Prates, em “O nodal é modal”, traça, de forma minuciosa e cuidadosa, o caminho que leva Lacan a propor a convergência da lógica modal na teoria dos nós, que oferece aos psicanalistas elementos para precisar e operar com o inconsciente.

Deixamos nas mãos do leitor uma edição rica, complexa e implicada, que faz jus à máxima lacaniana — repisada, mas nem por isso menos valiosa — de levar em conta a subjetividade da época, com artigos que versam sobre as urgências do momento, os problemas da clínica e que também tratam dos debates teóricos centrais. Por isso, agradecemos aos muitos que tornaram possível este número, como os autores, os pareceristas, a comissão de gestão da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil (EPFCL-Brasil) e as várias comissões da revista *Stylus* que se debruçaram sobre e trabalharam nos artigos para que eles estivessem hoje aqui. Espero que aproveitem a leitura!

Ivan Ramos Estevão  
São Paulo, março de 2021.